

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

CARLOS ALDI SILVA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA NOSSA SENHORA DO BOM
CONSELHO DIANTE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**PRINCESA ISABEL – PB
2014**

CARLOS ALDI SILVA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA NOSSA SENHORA DO BOM
CONSELHO DIANTE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviços Públicos do Estado da Paraíba, em cumprimento a exigência para a obtenção do grau de especialista.

Orientador: Nivaldo Rodrigues da Silva Filho

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Carlos Aldi
A prática pedagógica da escola nossa Senhora do Bom Conselho diante da educação do campo [manuscrito] / Carlos Aldi Silva. - 2014.
42 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Prof. Nivaldo Rodrigues da Silva Filho, Departamento de Educação".

1. Educação do Campo. 2. Ensino. 3. Aprendizagem. I. Título.

21. ed. CDD 370

CARLOS ALDI SILVA

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA NOSSA SENHORA DO BOM
CONSELHO DIANTE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em convênio com a Secretaria de Educação Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

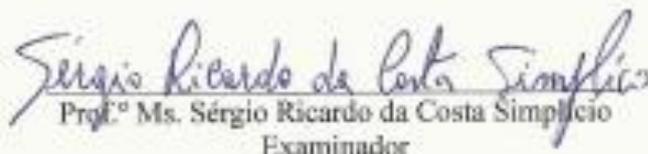
Aprovada em 26 de julho de 2014



Prof.ª Ms. Jirani Oliveira Clementino
Orientador



Prof.ª Dr. José Pereira da Silva
Examinador



Prof.ª Ms. Sérgio Ricardo da Costa Simplicio
Examinador

Aos meus filhos e a minha mãe pelo amor, pelo afeto e
amizade que existem entre nós,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Pereira, coordenador do curso de Especialização, por seu empenho.

Ao professor Dr. Nivaldo Rodrigues da Silva Filho pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha mãe, essa guerreira que tudo fez por mim e hoje busco retribuir todos os cuidados e dedicações que me foram atribuídas com amor e carinho.

Aos Professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Jurani, Nivaldo, Sérgio, Murilo, que contribuíram ao longo desses meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Pereira, Emanuel, Rivaldo e Cícera, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de Classe pelos momentos de amizade e apoio.

“Geração inventa sua identidade e circunstâncias.
Cada geração escava seu rosto e sua paisagem.
Somos tão responsáveis pelo olhar que contempla
como pelo panorama contemplado”.

(Luiz Fernandes Galino)

RESUMO

Esta pesquisa monográfica apresenta em sua essência algumas reflexões oriundas da temática Educação do Campo dentro de uma abordagem histórica adentrando nas propostas de políticas públicas governamentais e em algumas discussões traçadas no que diz respeito aos camponeses paraibano e em especial aos princesenses. Ela também mostra a diferenciação conceitual entre rural e campo presentes na Escola Estadual de Educação Básica Nossa Senhora do Bom Conselho, fundamentada na versão teórica dos pesquisadores estudados como Gadotti (1992), Leite (1999), Pinheiro (2011), Comilo (2008) Caldart (2004), Tuviste (2002) e outros, por se tratar de um assunto que vem sendo estudado e estão desenvolvendo várias pesquisas por estudiosos das diversas áreas da ciência. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois se utilizaram de um estudo bibliográfico através de análise e fichamento de livros, revistas, sites da internet relacionados ao tema abordado. Ela vem analisar as questões que problematizam o ensino aprendizagem do aluno do campo que procura a Escola Estadual de Educação Básica Nossa Senhora do Bom Conselho investigando o comportamento desses agentes como também a prática pedagógica no ensino da Educação do Campo paralelamente com a educação da cidade, buscando relacionar as várias formas pelas quais os estudiosos, o governo e a sociedade interagem com a Relação Dialógica na construção do conhecimento educacional.

Palavra-chave: Educação do campo. Ensino aprendizagem. Escola Bom Conselho

ABSTRACT

This research monograph presents in essence some observations from the Thematic Field Education within a historical approach entering the proposals of government policies and some drawn with regard to Paraíba and especially the peasants' discussions. It also shows the conceptual differentiation between rural and field present in the State Basic School Our Lady of Good Counsel, based on the theoretical version of researchers studied how Gadotti (1992), Milk (1999), Pine (2011), Comilo (2008), Caldart (2004), Tuviste (2002) and others, because it is a subject that has been studied and are developing several research by scholars from various areas of science. It is a qualitative approach, because it used a bibliographic study through analysis and BOOK REPORT of books, magazines, internet sites related to the topic discussed. She comes analyze issues that question the teaching of student learning field looking for State School of Basic Education Our Lady of Good Counsel investigating the behavior of these agents as well as pedagogical practice in the teaching of Rural Education in parallel with education city, trying to relate the various ways in which scholars, government and society interact with the dialogic relationship in the construction of educational knowledge.

Keyword: Field Education. Teaching and learning. Good Counsel School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS GERAIS E CONCEITOS.....	13
1.1 Cultura e identidade camponesa.....	16
1.2 A educação e a sociedade brasileira do campo.....	18
2. AS DIVERGÊNCIAS DA ESCOLA DO CAMPO E A ESCOLA URBANA DA CIDADE DE PRINCESA ISABEL.....	20
2.1. A identidade da escola do campo.....	23
2.2. Os discentes advindos da escola do campo na Escola Nossa Senhora do Bom Conselho.....	26
3. IDENTIFICANDO A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO.....	29
3.1 Problemáticas comuns na Escola Nossa Senhora do Bom Conselho.....	31
3.1.1 Condições de acesso e transporte	31
3.1.2 Relação família-escola.....	34
3.1.3 A ausência às aulas.....	36
3.2 A integração da educação do campo para o novo milênio na Escola Bom Conselho.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Categorias sociais da Paraíba.....	14
GRÁFICO 2: Quantitativo de habitantes rurais e urbano de Princesa Isabe – PB.....	22
GRÁFICO 3: Quantitativo de alunos por turno.....	29
GRÁFICO 4: Alunos que necessitam fazer um percurso de a pé para chegar a escola.....	33

INTRODUÇÃO

Na busca de conhecimentos relevantes ao assunto e com o intuito de apresentar algumas reflexões oriundas da temática Educação do Campo dentro de uma abordagem histórica adentrando nas propostas de políticas públicas governamentais e em algumas discussões traçadas no que diz respeito aos camponeses paraibano e em especial aos princesenses. Em seguida se procura exercitar uma conceituação que postasse a diferenciação conceitual entre rural e campo presentes na Escola Estadual de Educação Básica Nossa Senhora do Bom Conselho, fundamentada na versão teórica dos pesquisadores estudados. Logo depois trazemos alguns elementos iniciais, inacabados sobre o campo na Paraíba, em diálogo com a realidade da instituição de ensino. Por último são emitidas algumas idéias como considerações preliminares cuja perspectiva é provocar inquietações, críticas e sugestão em torno do que se está escrevendo no momento, baseado em referência expressa por pesquisadores da área.

A educação do campo vem sendo estudada e estão desenvolvendo várias pesquisas por estudiosos das diversas áreas da ciência e neste contexto se faz necessário referendar alguns autores que tem ajudado a pensar sobre essa situação educacional a partir do panorama histórico da educação do campo na sociedade brasileira e seus reflexos no contexto da Paraíba, identificando-se que, partir deste cenário, vem se construindo um design panorâmico da educação do campo paraibano.

Esclarecendo, de forma prática e concreta que a educação camponesa tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção e para transportes escolares; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros.

E, se tratando dos sujeitos que estão envolvidos nessa realidade social, depara-se com uma infância, adolescência e juventude, desorientada frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, e tem se agravado com o processo de alienação e pelo pensamento provocado pelas experiências vivenciadas pelos que residem em espaços urbanos. Nesse contexto, as famílias têm procurado resistir na terra. Mas, a falta de condições dignas,

necessárias à sobrevivência e de escolas tem dificultado a escolha entre permanecer ou não no campo.

Percebe-se que há também, fontes de desinformação e muitos outros preconceitos a respeito do homem do campo, que são subjacentes na mente da população, a educação do campo deveria ser mais esclarecida e discutida com mais clareza para que houvesse superação. Isso só se dará através de pesquisas e debates em torno da questão do campesino e da inclusão da Educação do Campo no ensino regular no Brasil. Partindo-se do princípio que a história é, por definição absolutamente inclusiva busca-se uma história do ser humano e de seu grupo social, para demonstrar que a história da sociedade está sempre em movimento. É, portanto inquestionável a importância da integração Social na Educação do Campo na realidade atual.

Os entraves da educação pública se devem, na maioria dos casos, as desigualdades sociais, fator esse presente nas escolas e que são na maioria atribuídos a um agravamento da exclusão. O insucesso atinge todas as categorias sociais, embora os jovens oriundos de meio desfavorecidos lhe sofram as conseqüências de uma maneira especial. São múltiplas as suas formas sucessivas repetências, abandono durante os estudos, escolhas de cursos que não oferecem reais perspectivas e no fim das contas, abandono da escola sem qualificação nem competência reconhecidas. O insucesso escolar constitui, em qualquer dos casos, uma pecha profundamente inquieta no plano moral humano e social, é muitas vezes gerador de situações de exclusão que marcam os jovens para toda a vida.

O objetivo da pesquisa é analisar as questões que problematizam o ensino aprendizagem do aluno do campo que procura a Escola Estadual de Educação Básica Nossa Senhora do Bom Conselho investigando o comportamento desses agentes como também a prática pedagógica no ensino da Educação do Campo paralelamente com a educação da cidade, buscando relacionar as várias formas pelas quais os estudiosos, o governo e a sociedade interagem com a Relação Dialógica na construção do conhecimento educacional.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois se utilizaram de um estudo bibliográfico através de análise e fichamento de livros, revistas, sites da internet relacionados ao tema abordado. Acredita-se que as fontes bibliográficas reunidas possibilitaram aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados da Educação do Campo. A metodologia adotada foi o levantamento de fontes bibliográficas em livros. Procuramos entender tanto o papel da educação do campo na sociedade, mais especificamente na prática pedagógica da Escola Nossa Senhora do Bom Conselho.

Os capítulos têm o objetivo de evidenciar uma metodologia sobre a Educação do Campo do Estado da Paraíba visando identificar a sistemática da coleta de dados com os eixos temáticos das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo para a cidade de Princesa Isabel e como esta acontece no dia-a-dia observando e acompanhado desde o início, essa prática pedagógica que é preparar os jovens para viver a cidadania, empregar seus conhecimentos pautados na realidade que estão inseridos. Segundo o IBGE, com uma população estimada do ano de 2000 de aproximadamente 22.461 hab.

Assim sendo, a pesquisa encontra-se dividida em três capítulos constituídos: No primeiro capítulo do trabalho apresenta: “A educação do campo: aspectos gerais e conceitos” em que traz na sua essência os momentos conflituosos devido a exclusão e marginalização na construção de políticas públicas. Fazendo referência do quantitativo de categorias sociais na Paraíba e referendando sobre a cultura e a identidade do homem do campo como um ser que merece destaque no setor educativo.

O segundo capítulo que traz como título “As divergências da escola do campo e a escola urbana da cidade de Princesa Isabel”, é dedicado a um breve relato sobre a cidade de Princesa Isabel - PB. Tendo como objetivo compreender a organização do ensino do campo e da Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho, principalmente considerando o processo de expansão de dois tipos de instituição escolar, e do papel que teve a educação formal nas duas escolas como também da vida daqueles que frequentaram a escola no campo e na cidade.

O terceiro capítulo que se intitula: Identificando a Escola Estadual de Educação Básica Nossa Senhora do bom Conselho parte consolida a integração da instituição de ensino em que procura mostrar de que forma a mesma se encontra e o que ela deve fazer e o que os seus componentes devem entender de que forma ela se prepara para o Novo Milênio.

1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS GERAIS E CONCEITOS

Historicamente, a educação do campo tem vivido momentos conflituosos, isto é tem sido muito excluída, marginalizada na construção de políticas públicas. A educação para os povos do campo são trabalhadas a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Logo se chega a conclusão que ela é tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Sabe-se que até mesmo as escolas localizadas nos centros urbanos, elas têm um trabalho pedagógico e um currículo, na maioria das vezes, alienante, que divulga uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente e necessário discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para o desenvolvimento da cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para fazer avançar a cultura como conceito afirmativo, burguês?

É sabido da importância de se fazer uma diferenciação dos termos rurais e campo. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de um raciocínio economicista, e não como um espaço de vida, de construção de significados de trabalho, saberes e culturas. Como consequência das contradições desse modelo de desenvolvimento, temos por um lado, a crise do emprego e a migração campo/cidade e, por outro a reação da população do campo que diante do processo de exclusão se organiza e luta por políticas públicas construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural que também inclui iniciativas no campo da educação.

Por outro lado, a concepção de campo, traz o seu bojo os movimentos sociais referenciando à identidade e cultura dos povos camponeses, valorizando os como sujeitos que têm laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Fala-se de um campo como um ambiente de povos que o tem como lugar de vida, de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. E, esta compreensão de campo vai além de uma definição jurídica, caracterizando-se como um conceito político, ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica.

O panorama da educação do campo vincula-se a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, desde a perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem. O que caracteriza os camponeses é a forma peculiar deles se relacionarem com a natureza, com os afazeres na terra, a organização com as atividades agropecuárias diante da utilização da mão de obra junto aos seus familiares, a cultura e os valores que evidenciam as relações família e vizinhança, que buscam valorizar as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vínculo rotineiro de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico.

A identidade dos povos do campo são representadas por categorias sociais como pequenos proprietários também chamados de colonos ou sitiantes, posseiros, ribeirinhos, boias frias, atingidos por barragens, acampados, assentados, arrendatários, (dependendo da região do Brasil em que estejam), caboclos dos Faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas.

Segundo Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia, na Paraíba, a grande maioria, é arrendatário (23,24%), foreiro é na ordem de 10%; em contrapartida nenhum dos assentados paraibanos acamparam condição normalmente necessária. A condição de assalariado no estado paraibano (16,97%) é superior a do Rio Grande do Sul (7,29%) em mais de 100%. Veja o Perfil dos assentados na Paraíba.

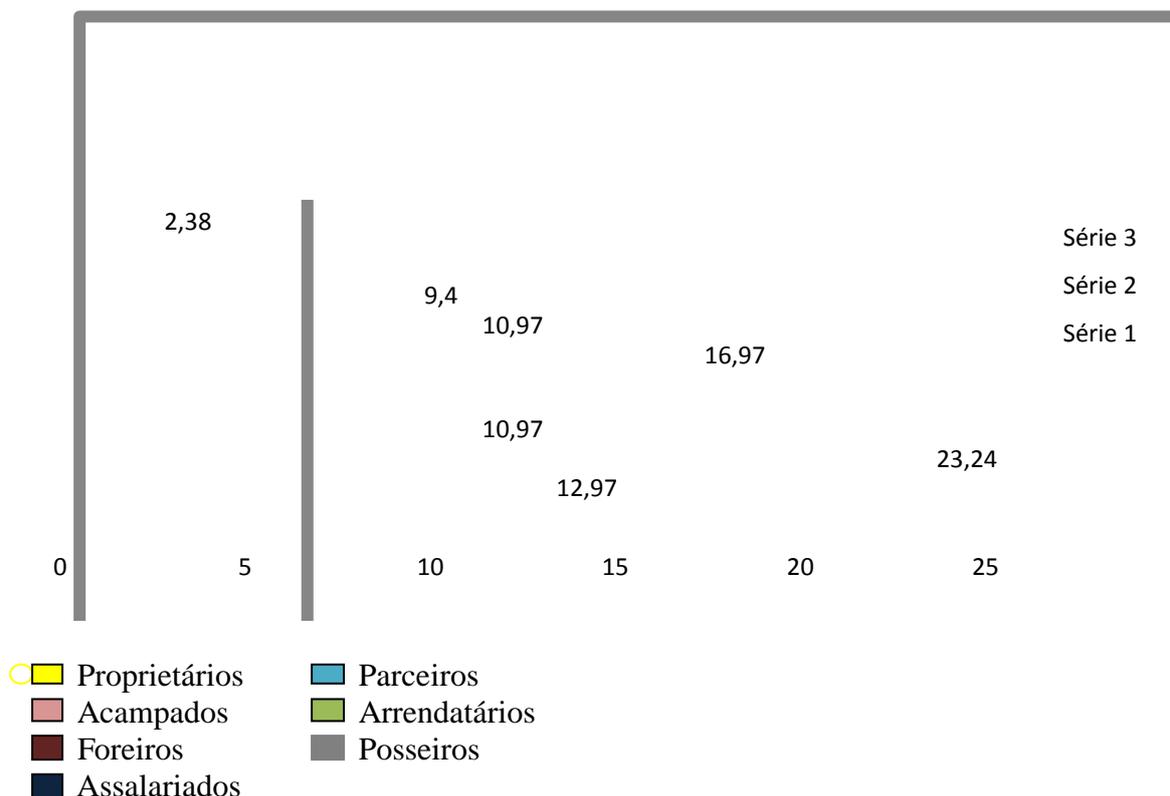


Gráfico – 1 Categorias sociais da Paraíba
Fonte : I Censo Nacional de Reforma Agrária

Já a identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991, p. 23) traz uma definição de cultura que pode ser útil à educação do campo.

(...) que o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social

Baseando-se no conceito da autora a respeito da cultura a qual guarda relação com a compreensão da história como processo coletivo de autocriação do homem, colocando a possibilidade de criar uma ordem social de maior liberdade e justiça Schelling (1991, p. 37-38) ainda diz que:

O entendimento do campo como um modo de vida social contribui para a autoafirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho, da sua história, do seu jeito de ser, dos seus conhecimentos, da sua relação com a natureza e como ser da natureza; valorização esta que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, veleiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos, e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo.

Todas estas diversidades de populações do campo mostram um fato que não pode ser deixado de lado: que são as escolas do campo, elas terão presente no seu íntimo este processo conflituoso, porém rico em diversidade sociocultural e política. A educação do campo deverá ser desvinculada a um projeto de desenvolvimento do campo em que se pretenda construir medos voltados para o trabalho agropecuário e cultural.

É na educação advinda do campo deve ser voltada para os conteúdos e debates referentes à diversificação de produtos, sobre a utilização dos recursos naturais, como por exemplo, a Agroecologia, o estudo sobre as sementes, a questão agrária que é fonte de debate e as demandas históricas referentes à reforma agrária. Também sobre os trabalhadores assalariados rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho, sobre a pesca ecologicamente sustentável, o preparo do solo e outros que fosse ligado ao seu cotidiano, possibilitando o estudo de um modelo de desenvolvimento do campo que se contraponha ao

modelo hegemônico.

1.1 Cultura e identidade camponesa

A educação do campo que se deve construir caracteriza-se como pilar basilar o Ser Humano como sujeito da sua própria história, uma vez que ele não está “colocado” no mundo, ele é quem faz o mundo, faz cultura, faz história, inventa, cria, constrói, destrói e vai assim construindo sua identidade e deixando suas marcas por onde passa. Sua educação tem que ser voltada para seus princípios e para sua permanência no campo como produto do meio em que vive.

O homem do campo também faz sua história, mas para muitos ele é tido como um “Jeca”, porém ele não é atrasado e submisso como muitos acham, o mesmo possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver as suas atividades mediante o controle mecânico ou não. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou estar atuando de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens.

Sabe-se que a escola é o local de apropriação de conhecimentos científicos, desde os primórdios da história da humanidade e como local de produção de conhecimentos mediante o estabelecimento de relação entre o conhecimento científico e o conhecimento do mundo da vida. Os habitantes do campo sempre desejaram que a escola fosse o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos, portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de estacionamento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A escola no seu currículo deve reconhecer a especificidade da clientela advinda do campo, com respeito às variações socioculturais, o artigo 28 alerta para uma inovação no sentido de acatar as diferenças sem transformá-las em empecilhos ou até desigualdades, o que implica que os sistemas de ensino deverão fazer adaptações na sua forma de organização,

funcionamento e atendimento para se adequar ao que é peculiar à realidade do campo, sem perder de vista a dimensão universal do conhecimento e da educação.

O desafio deveria ser lançado àquele que tem contato direto com o educando que é o professor, a quem compete definir quais são os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola.

Os conteúdos e metodologias relacionadas ao ensino, isto os conteúdos escolares devem ser selecionados a partir de significados que têm para cada comunidade escolar. Esta seleção requer muitos cuidados e alguns procedimentos de investigação por parte da escola e do professor, de forma que ele possa determinar com precisão os conteúdos históricos, para que esses possam ser contribuídos nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos estudantes. Estratégias metodológicas dialógicas nas quais a indagação seja frequente exigem do professor muito estudo, preparo das aulas que possibilitem o estabelecimento de relação entre os conteúdos científicos e aqueles do mundo da vida que os educando trazem para a sala de aula.

Escutar alunos advindos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; ouvir as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula; compreender as carências expostas por esses alunos que vêm das escolas do campo, enfim, é um ato de escuta de cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, melhor, é o ponto de partida das práticas pedagógicas para atender esses alunos que vem das escolas do campo.

Os conhecimentos dos povos do campo segundo Damasceno (1993, p. 57) são entendidos como prática produtiva e política dos camponeses as fontes básicas do conhecimento social. Para ela, os saberes sociais dos camponeses podem ser: 1) engendrados na prática produtiva do campesinato. 2) elaborado na prática política envolvendo a construção da identidade de classe e a organização política do campesinato.

Portanto, compreender a educação a partir da diversidade presente no campo, da forma de vida, implica em construir políticas públicas que possa assegurar o direito à igualdade com respeito às diferenças; implica a construção de uma política pública de educação na qual a formação de professores possa contemplar estes fundamentos. Esta forma própria de existência produz saberes, que foram acumulados ao longo das experiências vividas pelos sujeitos do campo.

1.2 A educação e a sociedade brasileira do campo

Discutir os principais problemas causados pelas faltas de informações sobre a população do campo compreende em rever os aspectos relevantes da questão da educação do campo com destaque nos aspectos gerais da prática pedagógica em relação à população dos alunos que moram na zona rural, do Estado da Paraíba. Isto é analisar o comportamento de homens e mulheres e as diversas visões sobre a manutenção da prática pedagógica sobre a Educação do Campo no Brasil. Em especial, preocupam-se em relacionar as várias formas pelas quais os estudiosos, os governos e a sociedade buscam uma Relação Dialógica na construção do conhecimento educacional para os homens do campo.

É público e notório que a Educação do Campo tem sido na sua história muito marginalizada, Isto é, em toda sua construção de políticas públicas. A mesma é considerada como uma política compensatória, suas demandas e sua especificidade quase não têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação e reformulação de currículos nas várias modalidades e níveis de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano. E, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo.

É evidente que na história da educação sempre esteve presente à educação do campo em todas as Constituições brasileiras, no entanto, mesmo o Brasil sendo um país essencialmente agrário, desde os primórdios da sua origem, a educação do campo não foi mencionado nos textos constitucionais de 1824 e 1891.

Como afirma Leite (1999, p. 28) em seu estudo sobre a educação rural.

a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

O pessoal do campo sempre buscaram se organizar e ir a luta para adquirir melhorias no setor agrário, sempre se uniram por meio da reivindicação para melhores condições de trabalho, por justa divisão da terra, de forma a garantir a produção de subsistência, a reforma agrária e a delimitação territorial das terras dos povos indígenas.

Por esta razão, surgiu o Ruralismo Pedagógico que tinha como objetivo fixar o homem ao campo, efetivar a sua permanência, por isso foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo. O elevado número de analfabetos na área rural era muito grande isso foi destacado no VIII

Congresso Brasileiro de Educação, reforçando assim a preocupação com a educação rural. (Leite, 1999).

Portanto uma da grande preocupação nos dias atuais em relação ao homem do campo é com o movimento migratório que é bastante elevado, no sentido campo-cidade. E, com o alto grau de elevação da produtividade do campo, em uma conjuntura em que a urbanização e a industrialização estão dando os seus primeiros passos concretos. É o momento em que a cidade se consolida como a referência da modernização e do progresso, enquanto o campo representa o antigo e o rústico. O próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania.

2. AS DIVERGÊNCIAS DA ESCOLA DO CAMPO E A ESCOLA URBANA DA CIDADE DE PRINCESA ISABEL

Um dos pontos referenciais e norteadores da discussão, neste estudo, tem como objetivo compreender a organização do ensino do campo e da Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho na cidade de Princesa Isabel –PB, principalmente considerando o processo de expansão de dois tipos de instituição escolar, e do papel que teve a educação formal nas duas escolas como também da vida daqueles que frequentaram a escola no campo e na cidade.

O município de Princesa Isabel está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, E segundo Ministério da Integração Nacional (2005) . Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca. Problema este que eleva muito índice do êxodo rural, tornando assim, difícil a sobrevivência do homem do campo, dos munícipes camponeses dos sítios circunvizinhos. A temperatura média anual desse município oscila em torno de 26°C. Apresenta uma vegetação do tipo Caatinga arbórea (Mata Serrana).

Conforme o livro de “Achados de Perdição” de Mariano (1994) o município de Princesa Isabel – PB teve suas origens no início do século XVIII, quando se chamava Lagoa da Perdição, local onde D. Nathália do Espírito Santo edificou a primeira fazenda de criação de gado, após ter recebido "uma data de terras" com demarcações nos atuais sítios Areias, Espinheiro, Gavião e Capoeira. Eram terras que pertenciam aos Garcia D'Ávila da Casa da Torre. Então isto prova que uma cidade agrária e que não pode e nem deve perder as suas raízes, para isso deve haver incentivo para que o homem do campo permaneça no campo. E, um dos elementos motivadores é a educação voltada para a prática da agropecuária.

O setor educacional da cidade de Princesa Isabel – PB enfrenta uma série de problemas no que diz respeito a essas duas vertentes: alunos advindos do campo com alunos da cidade. O aluno do campo quando chega à escola urbana ele se depara com outro mundo completamente diferente do seu. Bem sabemos que os progressistas em educação em que se pode referenciar Gadotti (1992, p. 87) quando afirma que:

[...] pensam sempre a educação para todos como a extensão da educação das elites. Não souberam construir o universal a partir do nosso particular, da nossa identidade, da diferença. Não haviam percebido que um dos fatores primordiais do fracasso do nosso sistema educacional foi não ter levado em conta a diversidade cultural na construção de uma educação para todos.

A escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho enfrenta dificuldades em lidar com as diferenças culturais existentes, Uma vez que os profissionais não estão preparados e nem os currículos trazem em seu bojo algo diferenciado e direcionado para a clientela que vem das escolas do campo. E mais uma vez mencionamos Gadotti (1992, p. 87) quando diz: “(...) nossos currículos não conseguiram equacionar adequadamente a relação entre identidade cultural e o itinerário educativo dos alunos provenientes de camadas populares”.

Portanto, chega-se a entender que a educação no e do campo está se contrapondo ao modelo urbano e tecnocrata de educação, pois o modelo atual só prepara os cidadãos para o trabalho, sem se preocupar com a cidadania, habitação, relações sociais, cultura e formação étnico e social. É lamentável ter que afirmar que mesmo com inúmeras tecnologias e uma gama de materiais didático-pedagógico ainda haja tamanho entrave no ensino aprendizagem em relação ao aluno do campo.

Neste sentido, Pinheiro (2011, p. 85) afirma que:

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros[...]

A autora procura mostrar os avanços e as lacunas que ocorreram na educação no Brasil como um todo nas últimas décadas, devido haver ocorrido diferentes mudanças, pois tudo foi se inovando no campo, menos na educação, a não ser como resultado das pressões dos movimentos sociais organizados. Para Pinheiro (2011), os alunos oriundos das camadas economicamente menos abastadas, ao chegarem aos centros urbanos não se identificavam com a escola, a educação, seus conteúdos e finalidades, pois a diferença entre vivência, prática e o conteúdo estudado pelas escolas urbanas eram distantes de suas origens camponesas. Esta dicotomia entre a escola e os alunos conduziu muitos alunos a abandonarem as escolas.

Segundo Comilo (2008, p. 21):

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...].

Conforme o pensamento do autor o homem do campo muitas vezes nega suas origem para não se sentir inferior, o mesmo acontece com o aluno quando chega à escola da cidade é tímido, fechado no mundo dele e isso muitas vezes trás sérias consequências para a aprendizagem, uma vez que o professor não sabe se ele assimilou o assunto e na maioria dos casos é medo de falar e os colegas de sala perceberem que eles são do campo e os mesmos serem discriminados.

Segundo a estimativa do IBGE, com base na pesquisa feita em 2010, o município de Princesa Isabel no Estado Paraíba, tem agora em 2013 cerca de 22.461 habitantes. O Município que em 2010 contava com 21.283 habitantes, sendo a população urbana composta de 14.528 habitantes e a população rural com um total de 6.755 habitantes, sendo portanto, 68,26% habitantes urbanos e 31,74 habitantes rural em uma área da unidade territorial de 367,975km². Onde o índice de desenvolvimento humano é de 0,606.

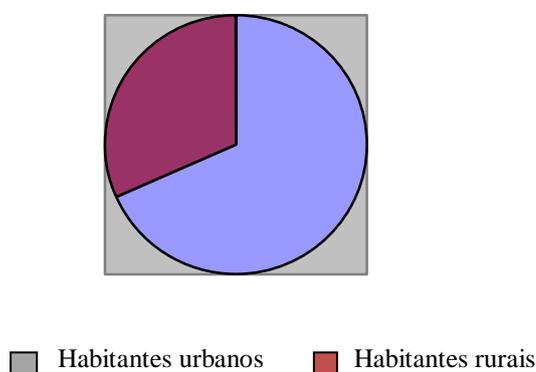


Gráfico – 2 Quantitativo de habitantes rurais e urbano de Princesa Isabel - PB

Fonte IBGE (2010)

Nota-se pelo gráfico que há uma grande quantidade de habitantes residindo no campo e conseqüentemente uma grande quantidade de alunos que precisam se deslocar para as escolas da cidade, uma vez que só existem o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio nas escolas da cidade. Sabe-se que há alguns interesses de alguns representantes que sempre buscam criar políticas públicas próprias para os habitantes camponeses, uma vez que o campo já tem sua identidade e não deve viver buscando algo emprestado. Sempre há realizações de seminários com o objetivo de enfatizar as questões que entravam a educação do campo a ter melhor qualidade no ensino aprendizagem, só que é público e notório que, as escolas do campo continuam sendo muito desvalorizada

2.1 A identidade da escola do campo

A educação do campo de Princesa Isabel é da responsabilidade do município e do estado os mesmos sempre buscam criar políticas públicas e programas destinados a esse público, uma vez que o campo já tem sua identidade própria e precisa de algo verdadeiramente dele, e não emprestado. Buscam sempre realizar inovações com o objetivo de minimizar as questões que entavam a educação do campo, para que a mesma tenha uma melhor qualidade no ensino aprendizagem, uma vez que, as escolas do campo são muito desvalorizadas tanto na sua estrutura física quanto nos profissionais que lá atuam.

Construir uma escola especificamente voltada à realidade para a população do campo, é realmente pensar em um grande desafio, uma vez que, se torna difícil para as classes dominantes ver a realidade das classes trabalhadoras com os seus próprios sujeitos, respeitando a sua identidade, em seus aspectos políticos, sociais e culturais mediados pela relação com o trabalho entendido como “produção material e cultural da existência humana” e conseqüentemente a educação que estes pretendem como classe trabalhadora; tomando como ponto de partida o reconhecimento de que a identidade dos povos do campo está voltada para o entendimento primeiro, de que o campo é outro e exige novas políticas.

As políticas que garantam à população existente no campo para que as mesmas continuem em seu lugar de origem com condições dignas e humanas, é viável que sejam viabilizadas políticas públicas voltadas para o setor educativo, porém que não sejam compensatórias. Esta seja por si uma política pública que, parta dos diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser homem, mulher, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso; de seus modos de ser e se formar como humanos.

Buscando-se observar o fazer do povo do campo e os próprios processos de formação, pode-se pensar até em um ponto de partida para a formulação de políticas públicas educativas e que sejam significativas para garantir o caráter popular dessas políticas e sua articulação com o projeto de país e de campo. Pode-se confirmar isso tendo como base Arroyo et AL (2004, p. 14-15):

Na busca por políticas públicas, o diálogo entre o Estado e a Sociedade, intensificado através das ações por direitos, que não se deu isolado ou estanque, foi conquistado enquanto resultante da dinâmica da história de resistência dos movimentos camponeses e suas lutas, em nosso processo histórico por acesso à terra, por meio de organizações sociais como sindicatos, associações de representações dos trabalhadores rurais.

Observando o pensamento de Arroyo fica evidente que a luta pelo direito à educação e à escola de referência é um traço forte da batalha dos povos do campo, “porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo”. Caldart (2004, p. 156) e traz como prioridade uma escola que seja “um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho dessa origem e deste destino não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los”. Caldart (2004, p.157).

Porém o que se evidencia na cidade de Princesa Isabel – PB é que não há um resultado satisfatório, apesar dos grandes esforços dos atores socialistas envolvidos nessa luta, é de escolas marginalizadas, desvalorizadas e costumeiramente chamadas de escolas rurais, ou ainda de escolas isoladas como ainda temos em alguns locais do nosso município – Princesa Isabel – lugares de difícil acesso e numa tônica de reforço de relação unilateral campo-cidade, produtora de exclusão.

Ao se abordar a temática da Educação, precisa-se ressaltar a discussão em torno da Escola do Campo. E, não poderia de ressaltar os autores como Fernandes Mançano, Molina e Caldart que apontam para a necessidade de uma escola específica do campo como meio de tornar possível um projeto democrático de educação no país em que tenha respeitada a identidade própria de escola para os povos do campo. Caldart (2004, p.35) explicita com clareza que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Diante dessa afirmativa do autor, pode-se perceber que não basta ter uma escola no campo, mas que ela seja uma escola que possa garantir a sua contribuição no processo de formação humana e nesse contexto se pode pensar em uma educação do campo em que seja necessário tomar como ponto de partida o próprio campo e o “vínculo de origem da educação,

ou de um projeto educativo, com um projeto político, com um projeto social” Caldart (2004, p. 23) é o desafio que se propõem enquanto educadoras e educadores comprometidos político e pedagogicamente com um projeto, antes de tudo, fundado numa educação humanizadora, capaz de construir o seu próprio projeto político pedagógico, não um projeto isolado, distante, mas um projeto que abrange as questões globais e locais com vias a construção de uma sociedade também mais humana.

É se observar também as condições do professor, nas escolas do campo, ainda se encontra bastante precária, apesar de ser ele o fator escolar mais importante para a progressão e aprendizado dos alunos, sobrepondo-se às condições de infraestrutura física e abordagens pedagógicas. Além da baixa qualificação e salários inferiores, eles enfrentam a sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função da inexistência ou precariedade das estradas, a falta de transporte e falta de ajuda de custo para a sua locomoção. Alguns se deslocam de bicicleta, outros a pé do seu local de moradia, percorrendo quilômetros de distância, no sol causticante do Nordeste e em especial de Princesa Isabel.

No entanto, mesmo com as propostas por uma Educação do Campo significativa, que esta seja pautada por políticas permanentes de valorização do campo e dos sujeitos que ali vivem, podemos perceber nas práticas pedagógicas que constituem a educação escolar nos espaços rurais a presença de características de uma educação bancária, pautada nas relações de exploração e dominação e apesar dos processos de lutas dos sujeitos do campo através dos movimentos sociais, é possível reconhecer no modelo social capitalista fundado na lei de mercado, que o modelo pedagógico de escolas dos espaços rurais, é ainda voltado a uma educação rural permeada por ideologias e práticas sociais da classe dominante. É uma educação que exclui as pessoas do direito à cidadania e nega-lhes a sua cultura e a sua identidade.

Portanto, acredita-se que é indiscutível a tomada de consciência do indivíduo sobre sua condição, reconhecendo-se desumanizado num processo histórico que ainda persiste. A luta por direitos é antes de tudo, a luta por humanizar-se, por recuperar ou manter a sua identidade nesse contexto de mundo extremamente discriminatório e excludente em que se encontra o homem do campo.

Mesmo assim, a população do campo representa em sua maioria, grande parte dos brasileiros sem espaço digno no âmbito social, econômico e político, vivendo num sistema no qual as preocupações mais evidentes são, com a eficácia, a competitividade e o mercado globalizante e desumano, em que as políticas públicas nunca estiveram voltadas aos interesses dessa parcela da população, principalmente, no que diz respeito ao acesso a educação o que

fez com que a educação do campo estivesse relacionada à luta por direitos para os sujeitos do campo em processo de exclusão social.

Diante do exposto, torna-se relevante a discussão sobre aspectos da educação do campo que nos ajudam a compreender esta temática e que se refere aos conceitos e princípios construídos pelos próprios sujeitos, em processos de lutas cotidianas, como forma de edificação de sua identidade enquanto Educação do Campo.

2.2. Os discentes advindos da escola do campo na Escola Nossa Senhora do Bom Conselho

Para compreender melhor os jovens atores desse estudo se faz necessário observar atentamente suas inquietações e anseios, porque na maioria quando chegam à Escola estão alheios, perdidos, desmotivados, desencantados com o ambiente escolar totalmente diferente do seu tão conhecido “grupo escolar”. Muitos deles sentem-se perdidos no contexto atual, principalmente em relação aos colegas, aos professores e ao ambiente que se torna grandioso para suas experiências acadêmicas.

Desta forma, a citada escola trabalha alguns discentes com históricos de “fracasso escolar”, que buscam a escola. Assim, pode-se avaliar que a heterogeneidade é fato presente na sala de aula da referida escola. E, esse fato aumenta a responsabilidade, e a preocupação dos professores em modificar suas concepções no processo ensino-aprendizagem. “Para que um grande número de pessoas com diferentes capacidades e interesse, oriundos dos meios socioculturais e familiares diferentes, possam aprender”. (PEALE, 1967).

A instituição de ensino em questão busca mudar a visão antiga do ensino, procura meios inovadores para que esses alunos não sejam discriminados, entretanto, as condições oferecidas de capacitação, recursos didático-pedagógicos e visão gerencial, ainda não permitem mudanças radicais. Até quando se vai insistir teimosamente em equívocos, naturalizações e idéias feitas? Para refundar a educação tem que se repensar à escola com diz Tulviste (2002, p. 58).:

Diferenças individuais e diferenças culturais fundem-se em um mesmo fenômeno de geração de heterogeneidade, a partir do envolvimento de indivíduos em diferentes atividades ao longo do seu desenvolvimento psicológico. Pessoas de diferentes membros do mesmo grupo, cultural ou não, pensarão sobre partes idênticas do ambiente de formas diversas; e a mesma pessoa pode pensar de maneiras diferentes, usando diferentes métodos estratégicas e instrumentos conforme a atividade em que esteja envolvida.

Mediante a citação, podem-se elencar algumas consequências, como se explica a defasagem entre idade/ano série. Ao olhar para os sujeitos advindos do campo, constata-se

que a maioria viveu uma trajetória escolar atribulada, embora tenha maior escolarização em relação a seus pais. Eles viveram uma trajetória difícil apesar da sua pouca idade. Uma vivência escolar coberta de dificuldades, tanto financeira, quanto acadêmica, feitas de tentar conciliar o tempo entre estudo, transportes, caminhadas e ajudar aos pais nos trabalhos do campo, uma vez que a situação financeira não permite só a dedicação aos estudos.

Esses Alunos enfrentam muitas dificuldades para chegarem até a escola da cidade. Chegar à escola Nossa Senhora do Bom Conselho é muitas vezes um grande problema, as distâncias são quilométricas, faça chuva ou faça sol, eles têm que vir, pondo em risco a integridade física e emocional dos alunos, além do cansaço por ter que acordar muito cedo ou ir dormir mais tarde para chegar à escola ou sair da escola, fazendo horas de caminhada num percurso a pé para chegar até o ponto de onde sai o transporte (ônibus ou “transporte escolar” como são intitulados a maioria dos carros que irregularmente transportam os estudantes de forma precária).

Observa-se que na escola escolhida como alvo dessa pesquisa Os currículos muitas vezes não são interessantes, não atraem os estudantes que vem do campo, pois fogem à realidade de suas vidas e não adianta inculcar a cultura da cidade aos mesmos. Pelo contrário, esses devem ser adaptados à realidade local, valorizando aquilo que faz parte da vida dos alunos e de suas famílias. Como diz no artigo 28 da LDB (1996), apontando o direcionamento específico à escola que trabalha com alunos do campo. O artigo prescreve que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Conforme prescreve o artigo da LDB deve haver uma modificação para as adaptações necessárias com a clientela advindas das escolas do campo. Os calendários também devem ser adaptados, pois o período de férias coincide com a colheita das safras, o que causa, o desestímulo, o fracasso escolar e muitas vezes, o afastamento de muitos alunos, que precisam ajudar seus pais no trabalho do campo.

Convém obviamente salientar que aprendizagem não se fundamenta apenas em um processo de aquisição de conhecimentos, conteúdos ou informações. Vai muito mais além, não se pode negar que as informações são importantes, mas precisam passar por um processamento muito complexo, a fim de se tornarem significativas para a vida dos alunos e conseqüentemente das pessoas como cidadãos da sociedade princesense.

Portanto, fica evidente que por mais que o governo lance campanhas, programas voltadas para a educação do campo e de qualificação profissional, construção de novas escolas rurais, como as escolas-núcleo, que procuram ter uma estrutura melhor, as quais se localizam em distintas regiões rurais, não vão sanar o problema dos alunos. Eles sempre vão migrar para as escolas da cidade ocasionando o problema do transporte, além dos ônibus velhos, sem reparos, sem cintos de segurança, e da falta de verba para o seu abastecimento; pois muitas vezes tais problemas não são solucionados pelo governo municipal.

3. IDENTIFICANDO A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO

Diferente da maioria das escolas, esta oferece uma boa estrutura, salas amplas, arejadas, a disposição das salas é boa no centro da escola um espaço físico para área de lazer bastante grande, mas que geralmente é utilizado para apresentações, reuniões e outras finalidades, também dispõe galerias em todas as salas, tem também um pátio descoberto para qualquer outra utilidade.

O entorno da escola chamava a atenção, por ficar bem próximo a praça de eventos intitulada “Dona Natália do Espírito Santo”, mas conhecida como “Praça da Estrela” por ter uma lagoa permanente em formato de estrela. E uma praça de eventos culturais, educativo e esportivo, uma vez que a quadra de esporte Ministro Alcides Vieira Carneiro está localizada nesta praça da lagoa da “Estrela” é um dos marco histórico da fundação do município. Também se encontra próxima a 11ª Gerência Regional de Educação.

Conforme dados adquiridos através do setor administrativo a referida escola oferece parcialmente o Ensino Fundamental II (8º e 9º ano), no turno manhã, e Ensino Médio nos três turnos: manhã, tarde e noite, respectivamente; com uma matrícula de 892 (oitocentos e noventa e dois) alunos, sendo 304 alunos no turno manhã, 387 alunos no turno tarde e 201 alunos no turno noite. É uma escola pública mantida pelo Governo do Estado através da Secretaria de Estadual de Educação – João Pessoa – PB.

Constatou-se também por meio de informações do setor administrativo que dos 304 alunos do turno manhã 25 são alunos do campo, com um percentual de 8,3%; no turno tarde dos 387alunos, 139 são alunos advindos do campo, formando um percentual de 35,9% ; e o turno noite tem uma demanda de 201alunos, sendo 38 alunos vindo do campo, com um percentual de 18,9%. A escola tem um total de matriculado de 892 alunos sendo 202 alunos residindo no campo, totalizando um percentual de 22,7% alunos do campo

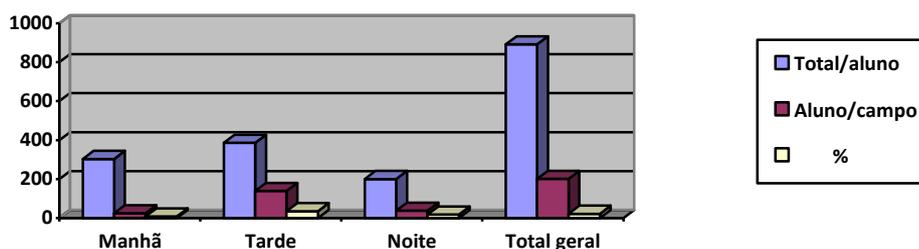


Gráfico – 3 Quantitativo de alunos por turno

Fonte: Dados adquiridos na Secretaria da Esc. Est. De Educ. Básica Nossa Senhora do Bom Conselho em 23 de maio de 2014

Mediante os dados apresentados no gráfico, observa-se que há uma grande quantidade de alunos que residem no campo estudando na Escola Nossa Senhora do Bom Conselho e que a mesma se depara com vários entraves no que diz respeito ao ensino aprendizagem. Sabe-se das diferenças de realidades que envolvem a escola do campo e a escola da cidade, e infelizmente no Município de Princesa Isabel em especial a Escola supracitada ainda não existe políticas públicas voltadas para educação dos alunos do campo.

É público e notório que a escola tem capacidade física para receber um grande número de alunos, inclusive os do campo, porque conforme o Projeto Político Pedagógico – PPP– (2013, P. 5) a escola em questão apresenta na sua infraestrutura um pilar basilar muito bom:

A infraestrutura da escola atende as necessidades, pois dispõe de 11 salas de aula, 01 sala de vídeo, 08 banheiros femininos e 05 masculinos (para os discentes),, 01 banheiro masculino e 01 feminino (para professores e funcionários de apoio), 01 secretaria, 01 diretoria, 01 sala de professores, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 almoxarifado, 01 cantina, 04 pátios abertos e uma quadra poliesportiva (para aulas de Educação Física, eventos escolares, e uso da comunidade em geral).

Observa-se que quanto ao espaço físico não existem problemas, porém o entrave se faz presente é no fazer pedagógico que envolve os educadores e educandos com as experiências cotidianas vividas em seu contexto de origem, seus valores e sua realidade. Apesar das conquistas legais para a educação do campo, percebe-se ainda a falta de compromisso por parte de alguns governantes com essa realidade. Sabe-se, porém, que o compromisso com a educação não tem apenas um fator determinante, mas é um problema político, social e econômico.

Acredita-se só através do PPP que é uma forma concreta de planejar a organização da escola evidenciando assim, os interesses, desejos e propostas dos educadores e educandos, sendo um importante caminho para a mudança na vida e na construção da instituição, pois é um instrumento eficiente para a transformação da realidade da escola. Conforme a posição de Veiga, que afirma a intencionalidade do PPP segundo o pensamento de Veiga (1995, p.13):

Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional. É político no sentido de compromisso da formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias das escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1995, p.13).

Então o caminho para as mudanças deve acontecer através de documentos que viabilizem ações voltadas para os alunos do campo com a intencionalidade de mudar o seu fazer pedagógico e trabalhar de forma diversificada. E, é na construção do Projeto Político Pedagógico que se deve elencar o que é de fundamental importância, pois ele é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade.

3.1 Problemáticas comuns na Escola Nossa Senhora do Bom Conselho

Ao se encarar e observar minuciosamente os problemas existentes na maioria das escolas, principalmente as da rede pública, percebe-se que são muito comuns e que estes fazem parte de uma cultura escolar, pautada na negação da valorização da escola enquanto espaço, também, de formação humana. E, é neste contexto que se evidenciam claramente, a acomodação, a consciência ingênua, o autoritarismo, refletido na prática educativa dos professores da maioria das escolas.

Alguns pontos deverão ser elencados porque mereceram destaque nesta pesquisa, por serem pontos relevantes e mais cruciais que foram observados durante os estudos deste trabalho como a questão de transporte, relação família-escola e a ausência dos alunos às aulas. No entanto estes não são os únicos aspectos merecedores de atenção, mas são os que vêm travando o bom encaminhamento da escola em pesquisa por isso irá se enfatizar, com mais precisão os principais e os do momento.

3.1.1 Condições de acesso e transporte

Uma das problemáticas que se citar que é crucial para o aluno do campo, diz respeito à distância percorrida pelo mesmo para chegar até a escola, que apesar do transporte fornecido pela prefeitura ou pelo governo estadual, ainda torna-se distante, principalmente para os que moram em difícil acesso e que estes são colocados num transporte clandestino, isto é carros em péssimas condições, e com uma superlotação além do limite do veículo), outros vêm em um ônibus, mas depois de ter caminhado dois ou três quilômetros de pé. E, esses são os transportes e a situação dos alunos que frequentam a Escola Nossa Senhora do Bom Conselho.

Então, diante desta realidade, observa-se que muitos pais temem pela segurança de seus filhos e isso faz com que muitos genitores e muitas mães não coloquem seus filhos para estudar, por conta do risco que correm os alunos no uso do transporte escolar. Ficam esses jovens apenas com o Fundamental I e quando atingem a maioria partem para “o corte de cana” no sul do país acontecendo assim o tão conhecido e temido êxodo rural.

É evidente que o problema não só se restringe A Escola Nossa Senhora do Bom Conselho, que este se inicia no próprio campo uma vez que como a maioria das escolas do campo, o local de moradia dos alunos fica muito afastado das escolas, principalmente, porque as moradias são localizadas em sítios e fazendas como é o caso das crianças sítiantes de Princesa Isabel. Estes estudantes começam a enfrentar as dificuldades nos primeiros anos de vivência escolar.

Outro problema visível é o transporte escolar oferecido que não atende a demanda de necessidades da escola e dos alunos, que têm o seu tempo de aula comprometido por problemas como chuvas, estradas de difíceis acessos e também os danos ou reparos com o transporte, que apesar do transporte ser fornecido pela prefeitura e muitas vezes ser em carros particulares, há o atraso no pagamento e também a demora para o conserto do veículo. Fazendo referência ao aluno que estuda no período diurno e noturno do Ensino Médio da escola que foi tida como alvo dessa pesquisa, esses alunos do campo que se deslocam muitas vezes debaixo de chuva e percorrendo um longo percurso de a pé para estudar na zona urbana passam também, pelo processo de preconceito que em alguns casos os fazem desistir.

Outro fator preocupante é o desgaste físico dos jovens no transporte e o longo percurso até a escola, depois de um dia de trabalho muitas vezes sob o sol nos campos de cultivo das roças ou na pecuária. Nas áreas do campo os jovens são acostumados a trabalhar desde muito cedo e as vezes antes do horário da aula ou depois quando estão em casa, precisam ajudar os pais no trabalho do campo, eliminando assim qualquer possibilidade de incentivo a realização dos deveres de casa mandado pela escola.

A Secretaria da Escola Nossa Senhora do Bom Conselho informou que dos 202 alunos residentes no campo 152 alunos necessitam fazer um percurso a pé para chegarem até o transporte escolar (ônibus o carro particular). Ficando evidente que 75,3faz um grande esforço para estudar na escola da cidade, E o Secretário de infraestrutura do município de Princesa Isabel disse: _“existem nove ônibus que atendem aos estudantes de Princesa Isabel – PB, levando e trazendo os alunos todos os dias”.

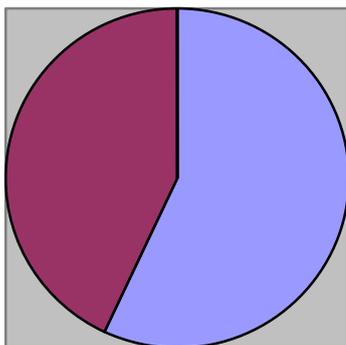


Gráfico – 4 Alunos que necessitam fazer um percurso de a pé para chegar a escola

Fonte: Dados adquiridos na Secretaria da Esc. Est. De Educ. Básica Nossa Senhora do Bom Conselho em 23 de maio de 2014

Observa-se através do gráfico que uma grande quantidade de alunos que frequentam a Escola Nossa Senhora do Bom Conselho advindo do campo enfrentam uma série de dificuldades para conseguir estudar e se manter frequentando as aulas durante o ano letivo, contar com os outros empecilhos que poderão surgir além dos transportes. Esses alunos deverão ser vistos de forma especial e trabalhados de maneira diversificada para que tenham uma aprendizagem significativa para a vida futura.

Os alunos de ensino Fundamental e Médio fazem o percurso até à cidade durante o dia e à noite saindo muitas vezes de 5h da manhã e retornando às 13horas e outros necessitam sair às 17 horas e só retornam por volta das 23horas, tornando-se exaustiva a rotina desses estudantes. O processo ainda se torna mais complicado durante os períodos de chuvas, prejudicando o funcionamento regular de aulas e ainda causando problemas como: alunos que moram mais longe chegam atrasados, quando chegam, perdem atividades pedagógicas (trabalhos, avaliações), e o que é feito pelos professores são tentativas de repor aulas e atividades que, de forma geral, acaba criando um processo voltado para o cumprimento da carga horária e o computo das notas dos alunos, e claro, estão sempre preocupados em não reprovar os alunos, pois os mesmos não são culpados pelas adversidades que acontecem no cotidiano da escola.

No entanto, diante desse quadro, pode-se levantar a questão sobre como tem sido a aprendizagem dos alunos e qual o sentido da escola diante de tantos problemas, que parecem sem solução ou mesmo sem atenção. Ou ainda o que aprendem os alunos das escolas do campo, principalmente neste contexto de tantas adversidades? Os problemas que nos parece externos à escola, são os principais causadores de dificuldades no andamento das atividades

pedagógicas. Estes poderiam ser minimizados a partir da tomada de providências dos governos municipais com ações administrativas que causariam um grande impacto positivo no contexto da escola.

Esses problemas mencionados a respeito dos transportes escolares poderiam ser minimizados e ter bons resultados com ações preventivas, isto é voltadas para as melhorias das estradas daquela região, o que facilitaria o acesso dos alunos aos transportes, evitando que eles tivessem que sair muito cedo para a aula e retornar muito tarde. É preciso haver urgente a intervenção das autoridades para solucionar essa questão, levando em conta, a utilidade dos carros para os alunos como também a necessidade da comunidade se deslocar para a cidade. É uma questão que passa a exigir da gestão municipal uma solução urgente.

3.1.2 Relação família-escola

Este é um ponto específico. Ele é tido como um ponto nevrágico dentro da instituição de ensino, denominado por alguns como a causa principal do fracasso escolar. Tudo se explica na ausência da família à escola, os pais não têm tempo de educar os seus filhos e muitos não têm escolarização ou poucos conhecimentos dos assuntos e com isso dificultam a aprendizagem dos alunos, também fica difícil eles comparecerem a escola por falta de transportes, dificultando assim o benefício da relação família-escola.

Lembrando também que a ausência dos pais às reuniões de pais e mestres, as quais não acontecem com frequência apesar das inúmeras demandas a serem trabalhadas junto aos pais, pois os pais moram muito longe e não têm como se deslocar até à escola. Precisa-se lembrar que, em se tratando da parceria família/escola, esta requer dos professores uma compreensão sobre como deve se dar essa relação. Inicialmente, é necessária uma tomada de consciência de que, as reuniões baseadas em temas teóricos e abstratos, reuniões para chamar a atenção dos pais sobre os problemas cotidianos do filho na escola, as notas baixas, seu comportamento indisciplinar só ajudam a afastar os pais da escola os quais muitas vezes sentem-se humilhados quando os problemas dos filhos são tratados em plena reunião, deixando os pais envergonhados, sentindo-se incapazes.

Observa-se que muitos pais se recusam a frequentar a escola. Quem nunca ouviu dizer de um pai ou mãe que se recusou a visitar a escola do filho, alegando só passar vergonha? Pois o que verificamos, é que os pais só são chamados à escola em caso de indisciplina ou

baixo rendimento da aprendizagem, não há registros de pais que foram convidados à escola para serem parabenizado pelo êxito de seus filhos. Carvalho (2004, p.45) acrescenta ainda sobre a vinda dos pais à escola:

As professoras recorrem aos pais quando se sentem frustradas e impotentes — quando os/as estudantes apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento, com as quais elas não conseguem lidar. Culpam a família (a ausência dos pais) pelas dificuldades dos estudantes porque têm sido culpadas (implícita ou explicitamente) pelas autoridades escolares, pela mídia e até pelos próprios pais e mães pelas deficiências do ensino e pelo fracasso escolar. Além disso, carecem de instrumentos teóricos e práticos para desenvolver uma crítica social, institucional e pedagógica efetiva, devido às próprias condições adversas de vida e de trabalho — que as levam, contraditória e simultaneamente.

A mesma autora ressalta que não existe uma homogeneidade tão esperada nas duas instituições e, nem tampouco, são consideradas. O apoio familiar tradicional às crianças passa a não mais existir e os pais distanciam-se cada vez mais da escola e de acompanhar os trabalhos escolares dos filhos. Esse quadro na verdade encontra-se na escola do campo, porém, com um diferencial: a realidade das famílias do campo foi e ainda é de trabalhadores, portanto, é necessário que a escola e seus professores aprendam a lidar com a ausência dos pais, ao invés de criar expectativas que nem ao menos de longe faz parte da vida desses sujeitos. É preciso aprender a trabalhar para superar a precariedade, a intolerância o preconceito, a indisciplina e, principalmente, o desrespeito às pessoas que vivem no campo e a sua cultura.

As reuniões em que os pais são convidados devem ser em cima de um planejamento adequado, levando em conta as reais necessidades dos alunos e interesses das famílias, onde só o professor pode falar, não têm proporcionado condições para estabelecer um diálogo entre os dois lados que não devem estar isolados, mas em interação considerando que a parte que cabe à escola não é a mesma que diz respeito a família, e isto precisa estar claro para os dois lados, para que possam estabelecer possibilidades de formação humana aos filhos e educandos numa dinâmica de integração e participação e não de dependência e culpas.

Portanto cabe a escola a zelar e concretizar pela construção dessa parceria é função inicial dos professores, buscar essa união e essa parceria e não transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, resultando no afastamento cada vez mais da família e da escola.

3.1.3 A ausência às aulas

Este poderia ser um das problemáticas em que a juntamente aos pais poderia ser sanada em um momento de encontro entre estes e escola, uma vez que este tem sido mais outro fator preocupante na escola Estadual de Educação Básica Nossa Senhora do Bom Conselho. Os alunos faltam por vários motivos; muitas vezes o afastamento dos jovens se dá, para que estes auxiliarem os pais nas tarefas como: no pastoreio de animais, na colheita, no período da safra e quando retornam ficam atrasados com as atividades, o que prejudica o rendimento escolar; ainda temos o afastamento dos alunos por condições climáticas, na época das chuvas (inverno) as dificuldades se intensificam por conta dos locais onde moram, causando a impossibilidade de acesso à escola, pois as estradas são de barro e com altas ladeiras em declive e aclive, e muitas vezes, as partes mais baixas das estradas ficam inundadas pelas cheias.

E muitas vezes os alunos se ausentam quase um mês e não dá nenhuma justificativa e a escola fica sem saber o que está acontecendo, porque não se tem como ir até lá, porque é longe e a pé torna-se impossível. Algumas vezes se tem conhecimento por intermédio de outros alunos ou quando de manda o tão conhecido “recados” pelos colegas e, depois de muito, eles aparecem a situação descrita acima é ainda um fator que comprova o distanciamento do contato dos pais com a escola.

Portanto fica evidente que a aprendizagem podem se dá em qualquer contexto, no entanto com a presença do aluno se torna mais fácil, uma vez que o aluno tem um percentual de faltas que pode o levar a uma reprovação, por esta razão o comparecimento a instituição de ensino se faz necessário, não dizendo que a escola fosse o lugar por excelência do aprender. A aula é apenas uma das expressões de aprendizagens em que a cultura escolar se apropriou para efetivar o ensino.

3. 2 A integração da educação do campo para o novo milênio na Escola Bom Conselho

Nessa parte o foco se torna de forma exploratória para os componentes da escola, que é alvo da pesquisa, tomando por base a avaliação de desempenho de uma sociedade Inclusiva. Muitas vezes, por falta de objetividade dos critérios utilizados ou pela má fluência na comunicação, são cometidos equívocos subestimando ou superestimando dos homens do campo para o processo de ensino regular com suas expectativas de aperfeiçoamento e de

desenvolvimento e a reabilitação, enfatizando-se a importância da democratização da Educação do campo para o Brasil.

Passando a observar por essa ótica e por este cenário, ver-se que a educação na referida escola para com os alunos advindos do campo para o novo milênio também propõe a ilação dos paradigmas educacionais e governamentais, cujo desdobramento resultará em síntese, e, sobretudo tendo como saldo qualitativo o encaminhamento que se dará no sentido de aprender as concepções mais modernas da interrelação para a sociedade sem exclusão dos alunos do campo, bem como se colocando em posição de vanguarda, frente à aceitação do novo.

As teorias de avaliação frente a esta instituição educacional recomendam o envolvimento e a participação de todos em terem por objetivo provocar determinadas mudanças na prática pedagógica global, nas convivências à diversidade para uma qualidade de integração social para todos os que têm interesse direto na virtude educacional, isto é, alunos, pais, corpo docente e parte da sociedade que está inserida de alguma maneira e luta para uma sociedade Inclusiva.

De acordo com a Constituição de 1988, no artigo 6º, trás o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, no forma desta Constituição”. É, portanto, nessa busca de melhoria da qualidade de vida com o velho ditado popular que prevenir é melhor que remediar. E a passagem de uma experiência calçada em práticas construída e modificada através de conhecimentos e buscas de parcerias, tendo sempre o mesmo herói da história: a Prevenção junto com a Integração da educação do campo.

Para Werneck (1997, p.224) que informa, “a incerteza não é apenas a mãe do medo e a mãe da humanidade. A incerteza move o homem. Deparamo-nos, a cada dia, com o que não entendemos e nem temos tempo – mesmo que haja interesse de tentar entender”. Verificando como esta inclusão acontece, como se processa sua interação social e seu desenvolvimento na aprendizagem, com a crença de que a Escola Nossa Senhora do Bom Conselho possa se abrir para receber e trabalhar primando ela permanência desses alunos com várias diversidades culturais e educativas, pois a inclusão beneficia a todos.

A aquisição de um novo saber segundo Werneck (1997, p.225), “subinformação é informação errada, pela metade, manipulada pela mídia, distorcida de boca em boca, antiga, paternalista, não colaboradora da inclusão”. São essas situações que interessam que permitirá à pessoa a igualdade de oportunidades e tratamento e ao exercício da Cidadania. Tendo como objetivo

sensibilizar os professores, sociedade, governo e todo o corpo diretivo da escola, fundamentalmente para o ensino regular e a realidade do campo no município de Princesa Isabel – PB e que viabilize a implementação de políticas educacionais, privilegiando a questão da sociedade inclusiva na exposição do projeto “Oportunidades Iguais para Todos”, priorizando a área da Educação e dos que residem no campo.

E com uma tentativa possível de solução para Tomazi (1993, p.15) quando diz que:”todos os homens possuem conhecimentos práticos de como agir, como participar de instituições, de grupos, etc. Assim, todos possuem um certo senso comum acerca da sociedade – ou seja, uma série de conhecimento adquiridos na prática de como agir em situações coletivas”. Visando preparar os seres humanos a conseguirem lidar com as cobranças que o século XXI exigirá frente à educação, com as tendências apresentadas pela sociedade moderna, as bases educacionais Brasileira estão sofrendo modificações.

Conforme Tomazi (1993, p.17) ”não é o “homem” enquanto ser isolado da história que interessa para o estudo da sociedade, mas “os homens” enquanto seres que vivem e fazem a história”. Diante do exposto se ver que os docentes sentem a necessidade de estar constantemente em capacitação, o que facilitaria ou contribuiria para o desenvolvimento interno das capacidades cognitivas sobre a educação para os discentes e a sociedade Brasileira, mas as intenções do presente trabalho são de mostra que o passado é múltiplo, dando subsídio para uma nova abordagem a respeito do papel das elites no panorama político brasileiro para se saber o que está acontecendo na atualidade permite aos discentes uma análise mais profunda nos temas desenvolvidos em sala de aula. Levando-o um aprofundamento das informações dos processos históricos nas questões educativas.

É neste contexto que se faz necessário pensar a educação voltada para os alunos do campo, que estiveram à margem nas políticas educacionais, uma vez que da ótica oficial a educação não era necessária aos povos trabalhadores da terra. A questão agrária esteve visível em diferentes conjunturas políticas, em função da atuação dos movimentos que reivindicam reforma agrária, muito embora ela tenha sido tratada como problema social, como diz Martins (2000), e não como questão estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização desta pesquisa deu para entender e também se pode avaliar que a predominância da Educação do Campo mundialmente precisa ser observada num quadro mais amplo do que meramente regional. Outras variáveis devem ser consideradas para uma reflexão analítica mais profunda e específica da existência e papel da sociedade atualmente.

Em tempo dominado pela transformação inclusiva, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos, é um espaço fundamental para compreendermos as variadas práticas pedagógicas para Educação do Campo. Buscamos uma história do ser humano, inserido em seu grupo social, como forma de dar subsídios a novas pesquisas científicas.

O principal objetivo desse trabalho foi observar a vivência do jovem do campo nas esferas nacional, estadual e municipal, como também o perfil dos alunos advindos do campo que estudam na escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho; trazendo a tona as suas lutas e as suas dificuldades para estudar na cidade. Como é impactante ver o descaso com esses jovens que enfrentam chuva, sol causticante e longas caminhadas de a pé para conseguir um transporte que o leve até a cidade.

A consequência direta da pesquisa foi mostrar que a qualidade do ensino na escola supracitada que passa, sobretudo pela gestão e pela motivação dos docentes e discentes, a fim de alcançar eficácia, melhorando o sucesso escolar quanto ao nível de aprendizagem muitas vezes se torna falha devido a ausência de alguns alunos por um espaço de tempo longo, principalmente no período do inverno que os transportes tem dificuldades de transitar nas estradas, impedindo assim o comparecimento dos alunos nas aulas.

Na verdade, os alunos apontam sérios obstáculos na conciliação escola X trabalho e Estudo, que devido a situação financeira, distância, discriminação por parte de alguns, falta de estímulo, baixa estima, falta de perspectiva de vida, medo da reprovação e outros; fazendo com que esses alunos venham muitas vezes abandonar a escola e não conseguir realizar o seu sonho almejado que é obter um diploma universitário como pressuposto para melhoria da qualidade de vida.

O corpo docente da escola em pesquisa precisa fazer alguma coisa para colaborar com o ensino aprendizagem desses jovens do campo. A educação está sendo usada e moldada desde a antiguidade sendo então preciso que haja interesse para se manter em equilíbrio a sua estrutura. Por tudo isso, Freire (1996, p. 73) alega que “parece uma enorme contradição que

uma progressista, que não teme a novidade, que se sente mal com as injustiças, que se ofende com as discriminações que se bate pela decência, que luta contra a impunidade, que recusa o fatalismo cínico e imobilizante, não seja criticamente esperançoso [...]”.

Portanto, é preciso que a Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho defina um projeto macro, que garanta mais qualidade na educação, construindo propostas pedagógicas que possibilitem a concretização dos novos paradigmas educacionais. Percebe-se que estes jovens alunos da citada escola, quando chegam à unidade de ensino, em geral, estão desgastados, desmotivados, necessitando que o professor lhe ajude a recuperar a auto-estima na sala de aula e, muitas vezes, na sua vida particular.

Pode-se sugerir que, os professores, atuem na escola com competência, para que o ensino realmente se faça e que a aprendizagem se realize, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem coletivamente no companheirismo e na solidariedade. O aspecto essencial dessa proposição é que coloca no diálogo e na responsabilidade para aprender a mudança de rumo que significa passar da centralidade na aprendizagem individual à colaboração entre os que aprendem (e também entre os professores) na construção do conhecimento.

Por esse enfoque, aprender implica, sobretudo a colaboração entre os alunos em atividades que supõe investigação do conhecimento e do processo reflexivo que o acompanha, destacando aqui o comprometimento das pessoas que representam a escola com educação pública gratuita. Os esforços para cada vez mais melhorar a qualidade do ensino de forma incondicional na perspectiva de um fortalecimento do processo educativo para todos.

Ao se estudar a educação do campo, não há como sonegar tais análises, sendo necessário chamar a temática ao debate sócio econômico e geopolítico, pois milhares de estudantes e de camponeses fazem parte deste processo marginal criado pela ideologia dominante que carrega representações simbólicas na consciência, reproduzindo discursos e práticas da elite não condizentes com a vida e ações das populações do campo, perdurando nos trabalhos sociais e pedagógicos de milhares de escolas desse Brasil adentro. Acredita-se que também as fontes bibliográficas reunidas neste trabalho possibilitaram aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados a cerca da Educação do Campo no Brasil e em especial na cidade de Princesa Isabel – PB.

Historicamente, a discriminação é um fenômeno que põe em jogo a própria sobrevivência, que uma grande parcela da população da luta pela terra foi excluída do convívio social, e muitas arbitrariedades ocorrem no dia-a-dia pela falta da democratização do

conhecimento, que deveria ter um compromisso explícito de transformação social, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos.

Conclui-se, portanto, que na sociedade contemporânea a memória tem perdido dia a dia seu espaço, nada melhor que trabalhar pesquisa de memórias que seja verídico, pois representa aquele que impede que a história se perca, organizando as fontes históricas de memórias, materialização do distanciamento do ser humano de suas raízes e sua verdadeira história de seu país. Passado, presente e futuro entrelaçam no lembrar e esquecer.

Em síntese, caberia à escola ter em sua concepção e por em prática, princípios que reconheceriam o seu papel junto a construção de um desenvolvimento rural sustentável e que norteariam sua prática pedagógica, tendo como referência o respeito, a valorização e o fortalecimento da identidade camponesa, étnica e racial dos diferentes povos do campo

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens quebradas Petrópolis**: Vozes, 2004.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996.

BRASIL. **Constituição Republica Federativa do Brasil**, 1988. Ministério da Educação.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. Ano 2 – número 2 – 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola e mais do que escola**. Petropolis, Rio de Janeiro? Vozes, 2004.

COMILO, Maria Edi da Silva. **A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes esua História**. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). **Educação docampo e formação continuada de professores**. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008.

REFORMA AGRÁRIA – Anais **do Congresso Mundial de Sociologia Rural** e Congresso Brasileiro de Economia da Paraíba

DAMASCENO, M.N. **A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia o cotidiano do professor**. São Paulo: Paz e Terra S. A, 1986.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Rural**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acessado em 08/07/ 009

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, Jose Sousa. **Reforma Agrária: O impossível dialoga sobre a historia possível**. São Paulo: USP, FFLCH, 2000.

MARIANO, Paulo. **Achados de Perdição**. João Pessoa: Idéia, 1994.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, **Escola Estadual de Educação Básica Nossa Senhora do Bom Conselho**, ano, 2013.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 30 maio 2011.

PEALE, Norman Vicent. **O poder de entusiasmo**, editora Cultrix, São Paulo, 1967.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação a Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

TULVISTE, Peter (2002). **Cultural historical development of verbal thinking: a psychological study**. Nova York: Nova science publishers inc.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na Sociedade Inclusiva: A desinformação e o escuro**. Rio de Janeiro: Wva, 1987.